



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



PROJETO DE LEI Nº 043/2024

ABRE UM CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR R\$ 14.004,68 (QUATORZE MIL E QUATRO REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JÚLIO CÉSAR CAMPANI, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º Fica aberto e incorporado ao orçamento de 2024, crédito adicional especial, no valor global de **R\$ 14.004,68 (quatorze mil e quatro reais e sessenta e oito centavos)**, com a seguinte classificação:

04	SEC.MUN.EDUC,CULTURA,TURISMO E DESPORTO	
09	FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	
27.813.1021.1003	Apoio ao Desenvolvimento de Esportes	
1084	701- Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
3.4.4.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - 45450	R\$ 14.004,68
TOTAL		R\$ 14.004,68

Art. 2º Servirá de cobertura para a despesa prevista no artigo anterior o Superávit apurado no Exercício anterior no Recurso acima.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!

Através do anexo Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para abrir e incorporar, no Orçamento de 2024, crédito especial destinado à devolução, ao Estado, do saldo não utilizado referente ao recurso I-LUMINA-RS.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, 17 de junho de 2024.



JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

- Parecer Jurídico -

Parecer n.º 25/2024.

Ref.: Projeto de Lei n.º 043/2024.

Assunto: Abre um Crédito Especial no valor de R\$ 14.004,68 (quatorze mil e quatro reais e sessenta e oito centavos) e dá outras Providências.

Iniciativa: Executivo Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 043/2024 –
INICIATIVA DO EXECUTIVO – ABRE
UM CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR
R\$ 14.004,68 (QUATORZE MIL E
QUATRO REAIS E SESSENTA E OITO
CENTAVOS) E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n.º 043/2024, de autoria do Executivo Municipal, que foi encaminhado a esta Casa para análise e emissão de parecer. O Projeto de Lei visa abrir e incorporar no orçamento de 2024, crédito especial no valor de R\$ 14.004,68 (quatorze mil e quatro reais e sessenta e oito centavos), saldo não utilizado proveniente do recurso ILUMINA-RS.

O Projeto se legitima em razão da necessidade de destinar o saldo do recurso, será incorporado ao Orçamento de 2024, conforme explicações inclusas na exposição de motivos.

Art.1º Fica aberto e incorporado ao orçamento de 2024, crédito adicional especial, no valor global de R\$ 14.004,68 (quatorze mil e quatro reais e sessenta e oito centavos), com a seguinte classificação:

04
09
27.813.1021.1003
1084
3.4.4.30.93.00.00
TOTAL

SEC.MUN.EDUC.CULTURA,TURISMO E DESPORTO
FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
Apoio ao Desenvolvimento de Esportes
701- Outras Transferências de Convênios ou Instrumen-
tos Congêneres dos Estados
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - 45450

R\$ 14.004,68
R\$ 14.004,68

Art. 2º Servirá de cobertura para a despesa prevista no artigo anterior o Superávit apurado no Exercício anterior no Recurso acima.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 043/2024 e; (ii) Justificativa.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Em tese, cabe destacar que o exame desta Assessoria Jurídica contém-se tão-somente à matéria jurídica envolvida nos termos da sua competência legal. Portanto, tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos e tendo por base os documentos juntados, razão pela qual, a análise Jurídica jamais implicam em deliberações, as quais são competência exclusiva dos Senhores Vereadores.

Posto isto, constata-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpida no art.30 da Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal art. 4º, conforme redação:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (grifo nosso)

Art. 4º. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (grifo nosso)

Portanto, a proposição atende os ditames constitucionais, uma vez que se trata de assuntos de interesse local, sendo matéria de competência legislativa municipal.

Cabe ressaltar que o Crédito adicional especial é utilizado para atender as despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na lei orçamentária anual, art. 40 da Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. (grifo nosso)

Em total consonância com o disposto no artigo 41, inciso II da mesma lei, encontra-se a classificação:



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; (grifo nosso)

São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo, visando, geralmente, auxiliar despesas imprevistas, posteriores à elaboração do orçamento, conforme estabelecido no art. 42 da Lei nº 4.320/64:

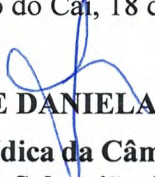
Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.(grifo nosso).

Conforme se vê do projeto enviado pelo Executivo possui os requisitos necessários para a abertura de crédito especial. Assim como, é matéria do Município em face do interesse local, portanto, a iniciativa possui validade por se tratar de ato que está dentro da previsão legal e nada obsta quanto a regular tramitação do projeto, cabendo aos nobres Vereadores à análise em plenário.

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, observadas as recomendações constantes neste parecer, não se vislumbra óbice ao pretendido. Sendo assim, entende esta Assessoria Jurídica que o Projeto de Lei 043/2024, possui elementos necessários para seguir os trâmites dentro do Processo Legislativo.

São Sebastião do Caí, 18 de junho de 2024.


LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São
Sebastião do Caí.
OAB/RS 118.431

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Assunto: Expediente – PM 043/2024 – CM 116/24


Relator: Elson Lopes

Projeto de lei do Executivo Municipal que abre um crédito especial no valor de R\$ 14.004,68 (quatorze mil e quatro reais e sessenta e oito centavos) e dá outras providências.

PARECER

Sou de parecer **favorável** à aprovação do projeto de lei.

Em 20 de junho de 2024.



Vereador ELSON LOPES
Relator

Voto dos Vereadores Diego Flores e Dilson Dioclecio Pires: de acordo com o relator.

PARECER CONCLUSIVO

A CGP é, por unanimidade, **favorável** à aprovação do projeto de lei.

Em 20 de junho de 2024.



Vereador DIEGO FLORES
Presidente



DILSON DIOCLECIO PIRES



ELSON LOPES